

a comuna de paris e a noção de estado¹

(Locarno, de 5 a 23 de junho de 1871)²

mikhail bakunin*

Esta obra, como todos os escritos, pouco numerosos, que publiquei até hoje, nasceu dos acontecimentos. É continuação natural das *Cartas a um francês* (setembro de 1870), nas quais tive a fácil e triste honra de prever e predizer as horríveis desgraças que hoje ferem a França, e com ela todo o mundo civilizado; desgraças contra as quais não havia nem resta agora mais do que um remédio: *a revolução social*.

Provar essa verdade, de agora em diante incontestável, pelo desenvolvimento histórico da sociedade e pelos fatos que acontecem diante de nossos olhos na Europa, de maneira que todos os homens de boa-fé, todos os estudiosos sinceros da verdade, a aceitem, e depois

* Anarquista russo, percorreu a Europa, onde conheceu Proudhon. Participou da Revolução de 1848. Em 1868, funda a Aliança da Democracia Socialista e em 1870, ingressa na Primeira Internacional, de onde os anarquistas foram expulsos, em 1872, como resultado do confronto entre Bakunin e Marx. No mesmo ano funda a Federação do Jura. Morre na Suíça, aos 62 anos, em 1876.

expor francamente, sem reticências, sem equívocos, tanto os princípios filosóficos quanto os fins práticos que constituem, por assim dizer, a alma ativa, a base e a finalidade do que chamamos *a revolução social*, tal é o objeto deste trabalho.

A tarefa que me impus não é fácil, eu sei, e poderia ser acusado de presunção se acrescentasse a este trabalho a menor pretensão pessoal. Mas não existe tal coisa, posso assegurá-lo ao leitor. Não sou nem um sábio nem um filósofo, ou sequer um escritor de ofício. Escrevi muito pouco durante minha vida, e nunca o fiz a não ser em caso de necessidade, por assim dizer, e somente nos casos em que uma convicção apaixonada forçava-me a vencer minha repugnância instintiva contra toda exibição de minha pessoa em público.

O que sou e o que me leva agora a publicar este trabalho? Procuo apaixonadamente a *verdade* e sou um inimigo não menos encarniçado das ficções prejudiciais das que o *partido da ordem*, esse representante oficial, privilegiado e interessado de todas as ignomínias religiosas, metafísicas, políticas, jurídicas, econômicas e sociais, presentes e passadas, pretende se servir ainda hoje para embrutecer e escravizar o mundo. Sou um amante fanático da *liberdade*, considerando que ela é o único meio em cujo seio podem se desenvolver e crescer a inteligência, a dignidade e a felicidade dos homens; não dessa liberdade formal, outorgada, medida e regulamentada pelo Estado, mentira eterna e que na realidade não representa nunca nada mais do que o privilégio de uns poucos fundado sobre a escravidão de todos; não dessa liberdade individualista, egoísta, mesquinha e fictícia, apregoada pela escola de Rousseau, assim como por todas as outras escolas do liberalismo burguês, que consideram o chamado direito de todos, representado pelo Estado, como o limite do direito de cada

um, o que leva necessariamente e sempre à redução do direito de cada um a zero. Não, eu entendo por liberdade a única que seja verdadeiramente digna deste nome, a liberdade que consiste no pleno desenvolvimento de todas as potências materiais, intelectuais e morais que se encontram em estado de faculdades latentes em cada um; a liberdade que não reconhece outras restrições que aquelas que nos tragam as leis de nossa própria natureza; de sorte que, propriamente falando, não tem restrições, já que estas leis não nos são impostas por um legislador de fora, que reside seja do lado, seja por cima de nós; são imanentes a nós, inerentes, constituem a base de todo nosso ser, tanto material como intelectual e moral; em vez de ver nelas um limite, devemos considerá-las como as condições reais e como a razão efetiva de nossa liberdade.

Refiro-me a essa liberdade de cada um que, longe de se deter como diante de um limite frente à liberdade do outro, encontra, ao contrário, ali sua confirmação e sua extensão até o infinito; a liberdade ilimitada de cada um pela liberdade de todos, a liberdade pela solidariedade, a liberdade na igualdade; a liberdade triunfante sobre o princípio da força brutal e o princípio de autoridade, que não foi nunca mais do que a expressão ideal dessa força; a liberdade que, depois de ter derrubado todos os ídolos celestiais e terrenos, fundará e organizará um mundo novo, aquele da humanidade solidária, sobre a ruína de todas as Igrejas e de todos os Estados.

Sou um partidário convicto da *igualdade econômica e social*, porque sei que, fora dessa igualdade, a liberdade, a justiça, a dignidade humana, a moralidade e o bem-estar dos indivíduos, assim como a prosperidade das nações, nunca serão mais do que outras tantas mentiras. Mas, partidário incondicional da liberdade, essa condição primordial da humanidade, penso que a igual-

dade deve se estabelecer no mundo pela organização espontânea do trabalho e da propriedade coletiva das associações produtoras livremente organizadas e federadas nas comunas, e pela federação também espontânea das comunas, mas não pela ação suprema e tutelar do Estado.

Este é o ponto que separa antes de mais nada os socialistas, ou coletivistas revolucionários, dos comunistas autoritários, que defendem a iniciativa absoluta do Estado. Seu fim é o mesmo; uns e outros querem a criação de uma nova ordem social, fundada apenas sobre a organização do trabalho coletivo, inevitavelmente imposto a cada um e a todos pela força mesma das coisas, em condições econômicas iguais para todos, e sobre a apropriação coletiva dos instrumentos de trabalho.

Pois bem, os comunistas imaginam que poderão chegar a isso pelo desenvolvimento e pela organização da potência política das classes operárias, e principalmente do proletariado das cidades, com a ajuda do radicalismo burguês, enquanto que os socialistas revolucionários, inimigos de todo laço e de toda aliança equivocados, pensam, ao contrário, que não podem chegar a esse fim mais do que pelo desenvolvimento e pela organização da potência não política, mas social, e portanto anti-política, das massas operárias, tanto da cidade como do campo, compreendidos nessas massas os homens de boa-vontade das classes superiores que, rompendo com todo seu passado, queiram se reunir francamente a elas e aceitar integralmente seu programa.

São estes dois métodos diferentes. Os comunistas acreditam dever organizar as forças operárias para se apossar da potência política dos Estados; os socialistas revolucionários se organizam levando em consideração

a destruição, ou, se o que se quer é uma expressão mais cortês, levando em consideração a liquidação dos Estados. Os comunistas são partidários do princípio e da prática da autoridade; os socialistas revolucionários só confiam na liberdade. Partidários uns e outros da ciência que deve matar a fé, os primeiros gostariam de impô-la; os outros se esforçarão por propagá-la, a fim de que os grupos humanos, convencidos, se organizem e se federeem espontaneamente, livremente, de baixo para cima: por seu movimento próprio e segundo seus interesses reais, mas nunca segundo um plano traçado de antemão e imposto às *massas ignorantes* por algumas inteligências superiores.

Os socialistas revolucionários pensam que há muito mais razão prática e espírito nas aspirações instintivas e nas necessidades reais das massas populares do que na inteligência profunda de todos esses doutores e tutores da humanidade que, com tantas tentativas frustradas para fazê-la feliz, pretendem somar ainda seus esforços. Os socialistas revolucionários pensam, ao contrário, que a humanidade deixou-se governar durante bastante tempo, tempo demais, e que a fonte de suas desgraças não reside em tal o qual forma de governo, mas no princípio e no fato do governo, qualquer um que seja.

É essa, enfim, a contradição já histórica que existe entre o comunismo cientificamente trabalhado pela escola alemã e aceito em parte pelos socialistas americanos e ingleses, de um lado, e de outro pelo proudhonismo amplamente desenvolvido e levado até suas últimas conseqüências, aceito pelo proletariado dos países latinos.³

O socialismo revolucionário acaba de tentar uma primeira manifestação brilhante e prática na *Comuna de Paris*.

Sou um partidário da Comuna de Paris, que, por ter sido esmagada, sufocada em sangue pelos verdugos da reação monárquica e clerical, não por isso deixou de se fazer mais vivaz, mais poderosa na imaginação e no coração do proletariado da Europa; sou seu partidário em grande parte porque foi uma negação audaz, bem pronunciada, do Estado.

É um fato histórico imenso que essa negação do Estado tenha se manifestado justamente na França, que foi até agora o país por excelência da centralização política, e que seja precisamente Paris, a cabeça e o criador histórico dessa grande civilização francesa, que tenha tomado essa iniciativa. Paris, que abdica de sua coroa e proclama com entusiasmo sua própria decadência para dar a liberdade e a vida à França, à Europa, ao mundo inteiro; Paris, que afirma de novo sua potência histórica de iniciativa ao mostrar a todos os povos escravos (e quais são as massas populares que não são escravos?) o único caminho de emancipação e de salvação; Paris, que dá um golpe mortal nas tradições políticas do radicalismo burguês e uma base real ao socialismo revolucionário; Paris, que merece de novo as maldições de toda gente reacionária da França e da Europa; Paris, que se envolve em suas ruínas para desmentir solenemente a reação triunfante; que salva com seu desastre a honra e o porvir da França e demonstra à humanidade consolada que se a vida, a inteligência e a força moral retiraram-se das classes superiores, conservaram-se enérgicas e cheias de porvir no proletariado; Paris, que inaugura a nova era, aquela da emancipação definitiva e completa das massas populares e de sua solidariedade de agora em diante completamente real, através e apesar das fronteiras dos Estados; Paris, que mata o patriotismo e funda sobre suas ruínas a religião da humanidade; Paris, que se proclama humanitária e atéia e subs-

titui as ficções divinas pelas grandes realidades da vida social e a fé na ciência; as mentiras e as iniquidades da moral religiosa, política e jurídica pelos princípios da liberdade, da justiça, da igualdade e da fraternidade, estes fundamentos eternos de toda moral humana; Paris heróica, racional e crente, que confirma sua fé enérgica nos destinos da humanidade por sua queda gloriosa, por sua morte, e que a transmite muito mais enérgica e viva às gerações vindouras; Paris, inundada no sangue de seus filhos mais generosos, é a humanidade crucificada pela reação internacional coligada da Europa, sob a inspiração imediata de todas as igrejas cristãs e do grande sacerdote da iniquidade, o Papa; mas a próxima revolução internacional e solidária dos povos será a ressurreição de Paris.

Tal é o verdadeiro sentido e tais as conseqüências benfeitoras e imensas dos dois meses memoráveis da existência e da queda imortal da Comuna de Paris.

A Comuna de Paris durou pouco tempo demais e foi obstaculizada demais em seu desenvolvimento interno pela luta mortal que teve de travar contra a reação de Versalhes, como para que tenha conseguido, não digo aplicar, mas elaborar teoricamente seu programa socialista. Além disso — é necessário reconhecê-lo —, a maior parte dos membros da Comuna não era propriamente socialista, e se como tais se mostraram é porque foram arrastados invencivelmente pela força irresistível das coisas, pela natureza de seu ambiente, pelas necessidades de sua posição, e não por sua convicção íntima. Os socialistas, à frente dos quais se coloca naturalmente nosso amigo Varlin,⁴ não formavam na Comuna mais do que uma minoria ínfima; ao todo não eram mais do que quatorze ou quinze membros. O resto era composto de jacobinos. Mas, convenhamos, há jacobinos e jacobinos. Há os jacobinos advogados e doutriná-

rios, como o senhor Gambetta,⁵ cujo republicanismo *positivista*,⁶ presunçoso, despótico e formalista, tendo repudiado a antiga fé revolucionária e não tendo conservado do jacobinismo mais do que o culto da unidade e da autoridade, entregou a França popular aos prussianos e mais tarde à reação interna; e há os jacobinos francamente revolucionários, os heróis, os últimos representantes sinceros da fé democrática de 1793, capazes de sacrificar sua unidade e sua autoridade bem-amadas às necessidades da revolução, ao invés de subjugar sua consciência diante da insolência da reação. Estes jacobinos magnânimos, à frente dos quais se coloca naturalmente Delescluze,⁷ uma alma grande e um grande caráter, querem o triunfo da revolução antes de tudo; e como não há revolução sem massas populares, e como essas massas têm eminentemente hoje o instinto socialista e não podem já fazer outra revolução que não seja econômica e social, os jacobinos de boa-fé, deixando-se levar cada vez mais pela lógica do movimento revolucionário, terminarão por se converterem em socialistas apesar de suas convicções.

Tal foi precisamente a situação dos jacobinos que formaram parte da Comuna de Paris. Delescluze e muitos outros com ele assinaram proclamas e programas cujo espírito geral e cujas promessas eram positivamente socialistas. Mas como, apesar de toda sua boa-fé e de toda sua boa vontade, não eram mais do que socialistas muito mais arrastados exteriormente do que interiormente convencidos, como não tiveram tempo nem capacidade para vencer e suprimir em si mesmos uma massa de prejuízos burgueses que estavam em contradição com seu socialismo recente, compreende-se que, paralisados por essa luta interior, não pudessem sair nunca das generalidades, nem tomar uma dessas medidas decisivas que teriam rompido para sempre sua solidariedade e suas relações com o mundo burguês.

Foi uma grande desgraça para a Comuna e para eles; ficaram paralisados e paralisaram a Comuna; mas não se lhes pode cobrar como uma falta. Os homens não se transformam de um dia para outro e não mudam de natureza nem de hábitos segundo sua vontade. Provaram sua sinceridade fazendo-se matar pela Comuna. Quem se atreverá a lhes pedir mais?

É possível compreendê-los melhor na medida em que o mesmo povo de Paris, sob a influência do qual pensaram e atuaram, era muito mais socialista por instinto do que por idéia ou convicção reflexiva. Todas suas aspirações são no mais alto grau e exclusivamente socialistas; mas suas idéias, ou melhor, suas representações tradicionais estão ainda bastante longe de ter chegado a essa altura. Há ainda muitos prejuízos jacobinos, muitas imaginações ditatoriais e governamentais no proletariado das grandes cidades da França e inclusive no de Paris. O culto à autoridade, produto fatal da autoridade religiosa, essa fonte histórica de todas as desgraças, de todas as depravações e de todas as servidões populares, não foi ainda completamente desenraizado de seu seio. Isso é tão certo que até os filhos mais inteligentes do povo, os socialistas mais convictos, ainda não chegaram a se libertar de maneira completa dela. Procurem em sua consciência e encontrarão o jacobino, o governista, rejeitado em algum canto muito escuro, com aspecto muito humilde, é certo, mas não inteiramente morto.

Por outro lado, a situação do pequeno número de socialistas convictos que constituíram parte da Comuna era excessivamente difícil. Não se sentindo suficientemente apoiados pela grande massa da população parisiense, apenas abraçando alguns milhares de indivíduos, muito imperfeita ainda a organização da Associação Internacional, tiveram de manter uma luta

diária contra a maioria jacobina. E em meio a quais circunstâncias! Foi necessário que dessem trabalho e pão a algumas centenas de milhares de operários, que os organizassem, que os armassem e ao mesmo tempo vigiar as maquinacões reacionárias em uma cidade imensa como Paris, assediada, ameaçada pela fome, e entregue a todas as sujas empresas da reação que tinham podido se estabelecer e que se mantinham em Versalhes, *com a permissão e pela graça dos prussianos*. Tiveram de opor um governo e um exército revolucionários ao governo e ao exército de Versalhes, isto é, para combater a reação monárquica e clerical tiveram de, esquecendo e sacrificando as primeiras condições do socialismo revolucionário, organizar-se em *reação* jacobina.

Não é natural que, em meio a circunstâncias semelhantes, os jacobinos, que eram os mais fortes, já que constituíam a maioria na Comuna e que também possuíam em um grau infinitamente superior o instinto político, a tradição e a prática da organização governamental, tivessem imensas vantagens sobre os socialistas? O que deve impressionar é que não tivessem tirado muito mais proveito do que tiraram, de que não tivessem dado à sublevação de Paris um caráter exclusivamente jacobino, e de que tivessem permitido ser levados, ao contrário, a uma revolução social.

Sei que muitos socialistas, muito conseqüentes em sua teoria, criticam em nossos amigos de Paris que não tivessem se mostrado suficientemente socialistas em sua prática revolucionária, enquanto que todos os ladradores da imprensa burguesa os acusam, ao contrário, de ter seguido com fidelidade demais o programa do socialismo. Deixemos por ora de lado os ignóbeis delatores dessa imprensa; farei observar aos teóricos severos da emancipação do proletariado que são injustos com nossos irmãos de Paris; porque entre as teorias

mais justas e sua prática existe uma distância imensa que não se franqueia em alguns dias. Quem já teve a felicidade de conhecer Varlin, por exemplo, para nomear apenas aquele cuja morte é certa, sabe até que ponto foram apaixonadas, reflexivas e profundas nele e em seus amigos as convicções socialistas. Eram homens cujo cuidado ardente, cuja abnegação e boa-fé não puderam nunca ser questionados por ninguém que deles tivesse se aproximado. Mas, precisamente porque eram homens de boa-fé, estavam cheios de desconfiança em si mesmos, diante da obra imensa à qual tinham dedicado seu pensamento e sua vida: consideravam-se tão pequenos! Tinham, por demais, a convicção de que na revolução social, diametralmente oposta — nisto como em todo o resto — à revolução política, a ação dos indivíduos deve ser quase nula e a ação espontânea das massas deve ser tudo. O que os indivíduos podem fazer é elaborar, esclarecer e propagar as idéias que correspondem ao instinto popular e também contribuir com seus esforços incessantes à organização revolucionária da potência natural das massas, mas nada além; e o resto não pode nem deve se fazer mais do que pelo próprio povo. De outra maneira, chegar-se-ia à ditadura política, isto é, à reconstituição do Estado, dos privilégios, das desigualdades, de todas as opressões do Estado, e chegar-se-ia, por um caminho desviado mas lógico, ao restabelecimento da escravidão política, social e econômica das massas populares.

Varlin e seus amigos, como todos os socialistas sinceros, e em geral como todos os trabalhadores nascidos e educados no povo, compartilhavam no mais alto grau essa prevenção perfeitamente legítima contra a iniciativa contínua dos mesmos indivíduos, contra a dominação exercida pelas individualidades superiores: e como antes de mais nada eram justos, direcionavam também

essa prevenção, essa desconfiança, contra si mesmos mais do que contra todas as outras pessoas.

Contrariamente a esse pensamento dos comunistas autoritários, que considero completamente errôneo, sobre uma revolução social ser decretada e organizada seja por uma ditadura, seja por uma assembléia constituinte saída de uma revolução política, nossos amigos, os socialistas de Paris, pensaram que não podia ser feita e levada a seu pleno desenvolvimento a não ser pela ação espontânea e contínua das massas, dos grupos e das associações populares.

Nossos amigos de Paris tiveram mil vezes razão. Porque, de fato, por genial que seja, qual é a cabeça, ou se o que se quer é falar de uma ditadura coletiva, ainda que formada por várias centenas de indivíduos dotados de faculdades superiores, quais são os cérebros, por potentes que sejam, bastante amplos como para contemplar a infinita multiplicidade e diversidade dos interesses reais, das aspirações, das vontades, das necessidades cuja soma constitui a vontade coletiva de um povo, e para inventar uma organização social capaz de satisfazer a todos? Essa organização nunca será mais do que um leito de Procusto sobre o qual a violência mais ou menos marcada do Estado forçará a desgraçada sociedade a se estender. É isso que aconteceu sempre e até agora, e é precisamente esse sistema antigo de organização pela força que deve terminar pela revolução social, dando às massas sua plena liberdade, aos grupos, às comunas, às associações, aos próprios indivíduos, e destruindo de uma vez por todas a causa histórica da violência, o poder e a existência do Estado, que deve arrastar em sua queda todas as iniquidades do direito jurídico com todas as mentiras dos cultos diversos, pois esse direito e esses cultos nunca foram nada mais do que a consagração forçada, tanto ideal como real, da

violência representada, garantida e privilegiada pelo Estado.

É evidente que a liberdade não será dada ao gênero humano, e que os interesses reais da sociedade, dos grupos e das organizações locais, assim como dos indivíduos que formam a sociedade, apenas poderão encontrar satisfação real quando não existir Estado. É evidente que os chamados interesses gerais da sociedade que o Estado pretende representar, e que na realidade não são outra coisa que a negação geral e consciente dos interesses positivos das regiões, das comunas, das associações e do maior número de indivíduos submetidos ao Estado, constituem uma ficção, uma abstração, uma mentira, e que o Estado é como um açougue, ou como um cemitério onde, à sombra e com o pretexto desta abstração, comparecem generosamente, beatamente, a se deixar imolar ou enterrar todas as aspirações reais, todas as forças vivas de um país. E como nenhuma abstração existe nunca por si mesma, como não tem nem pernas para caminhar nem braços para criar, nem estômago para digerir essa massa de vítimas que se lhe oferece para devorar, é óbvio que assim como a abstração religiosa ou celestial, Deus, representa na realidade os interesses positivos, reais, de uma casta privilegiada, o clero — seu complemento terreno —, a abstração política, o Estado, representa hoje os interesses não menos positivos e reais da classe, não só principalmente senão exclusivamente, exploradora e que se inclina a englobar todas as outras: a burguesia. E assim como o clero esteve sempre dividido e hoje tende a se dividir ainda mais em uma minoria muito poderosa e muito rica e uma maioria muito subordinada e até certo ponto miserável, assim a burguesia e suas diversas organizações, políticas e sociais, na indústria, na agricultura, no sistema bancário e no comércio, tanto

como em todos os órgãos administrativos, financeiros, judiciais, universitários, policiais e militares do Estado, tende a se cindir cada dia mais em uma oligarquia realmente dominadora e em uma massa inumerável de seres mais ou menos vaidosos e mais ou menos decadentes que vivem em uma perpétua ilusão, rejeitados inevitavelmente e cada vez com maior persistência rumo ao proletariado por uma força irresistível, a do desenvolvimento econômico atual, e reduzidos a servir de instrumentos cegos a essa oligarquia onipotente.

A abolição da Igreja e do Estado deve ser a condição prévia e indispensável da liberação real da sociedade; depois disso, só ela pode e deve se organizar de outra maneira, mas não de cima para baixo e segundo um plano ideal, sonhado por alguns sábios, ou na base de decretos lançados por alguma força ditatorial ou até por uma assembleia nacional, eleita por sufrágio universal. Tal sistema, como eu já disse, levaria inevitavelmente à criação de um novo Estado, e por conseguinte à formação de uma aristocracia governamental, isto é, de uma classe de pessoas que não têm nada em comum com a massa do povo, e, certamente, essa classe voltaria a explorar e a submeter, com o pretexto da felicidade comum, ou para salvar o Estado.

A futura organização social deve ser feita somente de baixo para cima, pela livre associação e federação dos trabalhadores, primeiro nas associações, depois nas comunas, nas regiões, nas nações, e finalmente numa grande federação internacional e universal. Apenas então haverá de se realizar a ordem verdadeira e vivificadora da liberdade e da felicidade geral, essa ordem que, longe de renegar, afirma, ao contrário, e põe de acordo os interesses dos indivíduos e os da sociedade.

Comenta-se que o acordo e a solidariedade universal dos interesses dos indivíduos e da sociedade nunca poderá se realizar realmente, porque esses interesses, sendo contraditórios, não estão em situação de se contrabalançar reciprocamente, ou bem de chegar a um acordo qualquer. A tal objeção responderei que, se até o presente os interesses não estiveram nunca nem em parte alguma em acordo mútuo, foi devido ao Estado que sacrificou os interesses da maioria em benefício de uma minoria privilegiada. É o motivo dessa famosa incompatibilidade, e essa luta de interesses pessoais com os da sociedade não é mais do que outro engano e uma mentira política, nascida da mentira teológica que imaginou a doutrina do pecado original para desonrar o homem e destruir nele a consciência de seu próprio valor. Essa idéia falsa do antagonismo dos interesses foi criada também pelos sonhos da metafísica que, como se sabe, é parente próxima da teologia. Desconhecendo a sociabilidade da natureza humana, a metafísica considerava a sociedade como um agregado mecânico e puramente artificial de indivíduos, associados repentinamente, em nome de um tratado qualquer, formal ou secreto, assinado livremente ou bem sob a influência de uma força superior. Antes de se unir em sociedade, esses indivíduos, dotados de uma espécie de alma imortal, gozavam de uma absoluta liberdade.

Mas se os metafísicos, sobretudo os que acreditam na imortalidade da alma, afirmam que os homens fora da sociedade são seres livres, chegamos então inevitavelmente a esta conclusão: que os homens não podem se unir em sociedade a não ser sob a condição de renegar sua liberdade, sua independência natural e sacrificar seus interesses, pessoais primeiro, locais depois. Tal renúncia e tal sacrifício de si mesmos devem ser por isso tanto mais imperiosos quanto mais numerosa é a

sociedade e mais complexa sua organização. Em tal caso, o Estado é a expressão de todos os sacrifícios individuais. Existindo sob semelhante forma abstrata, e ao mesmo tempo violenta, não é necessário dizê-lo, continua prejudicando cada vez mais a liberdade individual em nome dessa mentira que se chama “felicidade pública”, ainda que seja evidente que não represente, exclusivamente, outros interesses que os da classe dominante. O Estado, desse modo, mostra-se como uma negação inevitável e como uma aniquilação de toda liberdade, de todo interesse, tanto particular como geral.

Nota-se aqui que nos sistemas metafísicos e teológicos tudo se associa e se explica por si só. É por isso que os defensores lógicos desses sistemas podem e devem, com a consciência tranqüila, continuar explorando as massas populares por meio da Igreja e do Estado. Enchendo seus bolsos e saciando todos seus sujos desejos, podem ao mesmo tempo reconfortar-se com o pensamento de que penam pela glória de Deus, pela vitória da civilização e pela felicidade eterna do proletariado.

Mas nós, que não acreditamos nem em Deus nem na imortalidade da alma, nem na própria liberdade da vontade, afirmamos que a liberdade deve ser compreendida, em sua acepção mais completa e mais ampla, como fim do progresso histórico da humanidade. Por um estranho ainda que lógico contraste, nossos adversários, idealistas da teologia e da metafísica, tomam o princípio da liberdade como fundamento e base de suas teorias, para concluir com bondade na indispensável escravidão dos homens. Nós, materialistas em teoria, tendemos na prática a criar e fazer duradouro um idealismo racional e nobre. Nossos inimigos, idealistas divinos e transcendentais, caem até o materialismo prático, sanguinário e vil, em nome da mesma lógica, segundo a qual todo desenvolvimento é a negação do princípio fun-

damental. Estamos convencidos de que toda a riqueza do desenvolvimento intelectual, moral e material do homem, assim como sua aparente independência, tudo isso é produto da vida em sociedade. Fora da sociedade, o homem não somente não será livre, como também não será verdadeiro homem, isto é, um ser que tem consciência de si mesmo, que sente, pensa e fala. Apenas o concurso da inteligência e do trabalho coletivo puderam forçar o homem a sair do estado de selvagem e de bruto que constituía sua natureza primária, ou bem seu ponto inicial de desenvolvimento posterior. Estamos profundamente convencidos desta verdade, de que a vida dos homens — interesses, tendências, necessidades, ilusões, até besteiras, tanto como as violências, as injustiças e todos os atos que têm a aparência de voluntários — não representa mais do que a consequência das forças fatais da vida em sociedade. As pessoas não podem admitir a idéia de independência mútua sem renegar da influência recíproca da correlação das manifestações da natureza exterior.

Na própria natureza, essa maravilhosa correlação e filiação dos fenômenos, não foi alcançada, certamente, sem luta. Ao contrário, a harmonia das forças da natureza aparece como resultado verdadeiro dessa luta constante que é a própria condição da vida e do movimento. Na natureza e na sociedade, a ordem sem luta é a morte.

Se no universo a ordem natural é possível, o é unicamente porque esse universo não é governado segundo algum sistema previamente imaginado, e imposto por uma vontade suprema. A hipótese teológica de uma legislação divina conduz a um absurdo evidente e à negação, não só de toda ordem, mas da própria natureza. As leis naturais só são reais na medida em que são inerentes à natureza, isto é, na medida em que não são fixadas por nenhuma autoridade. Essas leis não são mais

do que simples manifestações, ou bem contínuas modalidades do desenvolvimento das coisas e das combinações destes fatos muito variados, passageiros, mas reais. O conjunto constitui o que chamamos “natureza”. A inteligência humana e a ciência observaram esses fatos, os comprovaram experimentalmente, depois o reuniram em um sistema e os chamaram leis. Mas a natureza não conhece leis; atua inconscientemente, representando por si mesma a variedade infinita dos fenômenos, que aparecem e se repetem de uma maneira fatal. É por isso que, graças a tal inevitabilidade da ação, a ordem universal pode existir e existe de fato.

Uma ordem semelhante aparece também na sociedade humana, que evolui em aparência de um modo chamado antinatural, mas que na realidade se submete à marcha natural e inevitável das coisas. Só que a superioridade do homem sobre os outros animais e a faculdade de pensar levaram a que se desenvolvesse um elemento particular, completamente natural, digase de passagem, neste sentido, que, como tudo que existe, o homem representa o produto material da união e da ação das forças. Este elemento particular é a razão, ou bem essa faculdade de generalização e de abstração graças à qual o homem pode se projetar pelo pensamento, examinando-se e observando-se como um objeto exterior estranho. Elevando-se, pelas idéias, por sobre si mesmo, assim como por sobre o mundo circundante, chega à representação da abstração perfeita, ao nada absoluto. Esse limite último da mais alta abstração do pensamento, esse nada absoluto, é Deus.

É esse o sentido e o fundamento histórico de toda doutrina teológica. Ao não compreender a natureza e as causas materiais de seus próprios pensamentos, ao também não perceber as condições ou leis naturais que lhe são particulares, os primeiros homens em sociedade

certamente não puderam supor que suas noções absolutas fossem o resultado da faculdade de conceber idéias abstratas. Por isso consideraram essas idéias, retiradas da natureza, como objetos reais diante dos quais a própria natureza deixava de ser alguma coisa. Depois dedicaram-se a adorar suas ficções, suas impossíveis noções do absoluto, e a lhes dedicar todas as honras. Mas era necessário, de uma maneira qualquer, figurar e tornar sensível a idéia abstrata do nada ou de Deus. Com esse fim inflaram a concepção da divindade e a dotaram, por acréscimo, de todas as qualidades e forças, boas e ruins, que encontravam só na natureza e na sociedade.

Tal foi a origem e o desenvolvimento histórico de todas as religiões, começando pelo fetichismo e terminando pelo cristianismo.

Não temos a intenção de nos lançar na história dos absurdos religiosos, teológicos e metafísicos, e menos ainda de falar do desdobramento sucessivo de todas as encarnações e visões divinas criadas por séculos de barbárie. Todo mundo sabe que a superstição deu sempre origem a espantosas desgraças e obrigou a derramar rios de sangue e de lágrimas. Diremos apenas que todos esses repulsivos extravios da pobre humanidade foram fatos históricos inevitáveis no crescimento normal e na evolução dos organismos sociais. Tais extravios engendraram na sociedade esta idéia fatal que domina a imaginação dos homens: a idéia de que o universo é governado por uma força e por uma vontade sobrenaturais. Os séculos seguiram-se aos séculos, e as sociedades se habituaram a tal ponto a essa idéia que finalmente mataram nelas toda tendência para um progresso mais distante e toda capacidade para chegar a ele.

A ambição de alguns indivíduos, em primeiro lugar, e depois de algumas classes sociais, erigiram em princípio vital a escravidão e a conquista e enraizaram, mais do que qualquer outra, essa terrível idéia da divindade. Desde então, toda sociedade foi impossível sem estas duas instituições como base: a Igreja e o Estado. Essas duas pragas sociais são defendidas por todos os doutrinários.

Apenas apareceram essas duas instituições no mundo, organizaram-se automaticamente duas castas sociais: a dos sacerdotes e a dos aristocratas, que sem perder tempo preocuparam-se em inculcar profundamente no povo subjugado a indispensabilidade, a utilidade e a santidade da Igreja e do Estado.

Tudo isso tinha por finalidade transformar a escravidão brutal em uma escravidão legal, prevista e consagrada pela vontade do Ser supremo.

Mas, os sacerdotes e os aristocratas, acreditavam sinceramente nessas instituições, que sustentavam com todas suas forças em seu interesse particular? Eram uns mistificadores e uns mentirosos? Não; acredito que ao mesmo tempo eram crentes e impostores.

Eles acreditavam, também, porque compartilhavam natural e inevitavelmente os extravios da massa, e apenas depois, na época da decadência do mundo antigo, foi quando se fizeram céticos e mentirosos sem vergonha. Outra razão permite considerar os fundadores dos Estados como gente sincera. O homem acredita com facilidade naquilo que deseja, e naquilo que não contradiz seus interesses. Não importa que seja inteligente e instruído: por seu amor próprio e por seu desejo de viver com seus semelhantes e de se aproveitar do respeito deles, acreditará sempre no que lhe é agradável e útil. Estou convencido de que, por exemplo, Thiers⁸ e o governo de Versalhes esforçaram-se a todo custo por se

convencer de que matando em Paris alguns milhares de homens, de mulheres e de crianças salvavam a França.

Mas se os sacerdotes, os profetas, os aristocratas e os burgueses, dos velhos e dos novos tempos, puderam acreditar sinceramente, não por isso deixaram de ser sempre mistificadores. Não é possível, de fato, admitir que tenham acreditado em cada um dos absurdos que constituem a fé e a política. Não falo sequer da época em que, segundo Cícero, “dois profetas não podiam se olhar sem rir”. Ainda nos tempos da ignorância e da superstição geral, é difícil supor que os inventores de milagres cotidianos estivessem convencidos da realidade desses milagres. É possível dizer o mesmo da política, que se pode resumir assim: “é preciso subjugar e espoliar o povo de tal maneira, que ele não se queixe alto demais de seu destino, que não se esqueça de se submeter e que não tenha o tempo necessário para pensar na resistência e na rebelião.”

Como, então, imaginar, depois disso, que as pessoas que transformaram a política em um ofício e conhecem seu objeto — isto é, a injustiça, a violência, a mentira, a traição e o assassinato em massa e isolado —, possam acreditar sinceramente na arte política e na sabedoria do Estado gerador da felicidade social? Não podem ter chegado a esse grau de estupidez, apesar de toda sua crueldade. A Igreja e o Estado têm sido em todos os tempos grandes escolas de vícios. A História está aí para testemunhar seus crimes; em toda parte e sempre, o sacerdote e o estadista foram os inimigos e os verdugos conscientes, sistemáticos, implacáveis e sanguinários dos povos.

Mas, como conciliar, entretanto, duas coisas em aparência tão incompatíveis: os embusteiros e os enganados, os mentirosos e os crentes? Logicamente, isso pa-

rece difícil; porém, na realidade, isto é, na vida prática, essas qualidades se associam muito freqüentemente.

Em enorme maioria, as pessoas vivem em contradição consigo mesmas, e em contínuas confusões; não o percebem geralmente até que algum acontecimento extraordinário as retira da sonolência habitual e as obriga a dar uma olhada sobre elas e sobre seu entorno.

Em política como em religião, os homens são máquinas em mãos dos exploradores. Mas ladrões e roubados, opressores e oprimidos, vivem uns ao lado dos outros, governados por um punhado de indivíduos que convém considerar como verdadeiros exploradores. São as mesmas pessoas, livres de todos os preconceitos políticos e religiosos, as que maltratam e oprimem conscientemente. Nos séculos XVI e XVIII, até a explosão da Grande Revolução, como em nossos dias, eles mandam na Europa e atuam quase segundo seu capricho. É necessário acreditar que sua dominação não se prolongará por muito tempo.

Enquanto os chefes principais enganam e decaem, os povos com sua consciência, seus servidores, ou os produtos da Igreja e do Estado, dedicam-se com cuidado a sustentar a santidade e a integridade dessas odiosas instituições. Se a Igreja — segundo dizem os sacerdotes e a maior parte dos estadistas — é necessária para a salvação da alma, o Estado, por sua vez, é também necessário para a conservação da paz, da ordem e da justiça; e os doutrinários de todas as escolas gritam: “sem Igreja e sem Governo não há civilização nem progresso.”

Não temos que discutir o problema da salvação eterna, porque não acreditamos na imortalidade da alma. Estamos convencidos de que o mais prejudicial, para a humanidade, para a liberdade e para o progresso, é a

Igreja. E pode ser outra coisa? Não cabe à Igreja a missão de perverter as jovens gerações, as mulheres acima de tudo? Não é ela que por seus dogmas, suas mentiras, sua estupidez e sua ignomínia tende a matar o pensamento lógico e a ciência? Por acaso não afeta a dignidade do homem, pervertendo nele a noção dos direitos e da justiça? Não transforma em cadáver o que é vivo? Não corrompe a liberdade? Não é ela que prega a escravidão eterna das massas em benefício dos tiranos e dos exploradores? Não é ela, essa implacável Igreja, que tende a perpetuar o reinado das trevas, da ignorância, da miséria e do crime?

Se o progresso de nosso século não é um sonho enganoso, deve terminar com a Igreja... [O manuscrito interrompe-se aqui].

Tradução do espanhol por Natalia Montebello.

Notas:

¹ Foi mantido o título dado ao fragmento por Elisée Reclus, que o publicou pela primeira vez em 1878. O título original é “Preâmbulo para a segunda entrega de O império knutogermânico”. Nota da edição espanhola.

² Texto extraído de: Mikahil Bakunin. *Obras completas*, tomo 2. Tradução de Diego Abad de Santillán. Madrid, Las Ediciones de la Piqueta, 1977, pp. 163-181.

³ É igualmente accito e o será cada vez mais pelo instinto essencialmente anti-político dos povos eslavos. Nota do autor.

⁴ Louis Eugène Varlin nasceu em Claye Souilly, em 1839, e morreu em Paris, durante a Comuna, em 1871, fuzilado pelos defensores de Versalhes. Foi um importante sindicalista, participou da fundação da Primeira Internacional, em 1864, e foi um de seus dirigentes (NT).

⁵ Léon Gambetta nasceu em Cahors, em 1838. Advogado e político nacionalista, em 1869 foi eleito deputado por Paris e Marselha, e como tal pronuncia o Programa de Belleville, importante referência para o radicalismo

francês. Foi um dos membros mais radicais da Câmara de Deputados, da qual seria nomeado presidente em 1879. Dois anos mais tarde passará a ser o primeiro-ministro francês, cargo que ocuparia até janeiro de 1882, ano de sua morte (NT).

⁶ Ver sua carta a Littré em *Le Progrès*, de Lyon. Nota do autor.

⁷ Louis Charles Delescluze nasceu em Dreux, em 1809. Estudou direito, mas se destacou como jornalista, apaixonado defensor das idéias democráticas. Fundou o jornal *La révolution démocratique et sociale*, e depois o *Le Réveil*, que afirmava os princípios da Associação Internacional dos Trabalhadores. Morre em Paris, no dia 25 de maio de 1871, na barricada de Château-d'Eau. Gambetta foi seu defensor, e em 1870 dirá dele: "Se Delescluze é a encarnação de todas as virtudes jacobinas: intransigência, honestidade, espírito de autoridade, republicanismo social; ele soube se abrir, mesmo assim, às idéias de Proudhon, esse antigo adversário. E este espírito centralizador também não se opõe ao desenvolvimento das liberdades comunais." www.1911encyclopedia.org. Consultado em 14/08/2006 (NT).

⁸ Adolphe Thiers nasceu em Marselha em 1797. Foi, repetidas vezes, primeiro-ministro da França, afirmando sua postura e importância política com seu célebre lema: "O rei reina mas não governa". Seu último mandato aconteceu entre 1871, alguns meses depois de vencida a Comuna de Paris, e 1873. Como historiador, escreveu: *História da Revolução Francesa, História do Consulado e O Império*. Morreu em Saint-Germain-en-Laye, em 1877 (NT).

RESUMO

Ao confrontar o socialismo revolucionário com o comunismo da escola alemã, o texto focaliza a Comuna de Paris como fato histórico no qual é ensaiada a negação do Estado; a partir da qual é possível pensar o socialismo revolucionário como resultado de uma organização federalista e descentralizada, livre da autoridade universal que emana do Estado e da Igreja, e livre, mais ainda, da reprodução dessa autoridade como efeito revolucionário.

Palavras-chave: socialismo revolucionário, comunismo, Comuna de Paris.

ABSTRACT

When confronting the revolutionary socialism with the communism of the German school, the article targets the Paris Commune as a historical event in which the denial of the state is experimented; making it possible to approach the revolutionary socialism as a result of a federalist and decentralized organization, free from the state and church authority and particularly free from the reproduction of this authority as a revolutionary effect.

Keywords: revolutionary socialism, communism, Paris Commune.

Indicado para publicação em 15/08/2005.



IMAGEM 3

